

**Silvia Bermúdez e Roberta Johnson (org.), *A new history of Iberian Feminisms*, Toronto, Toronto University of Press, 2018, 544 p., ISBN 978-1-4875-0014-6 (cloth), ISBN 978-1-4875-2008-3 (paper).**

Publicado pela editora da Universidade de Toronto, no Canadá, *A New History of Iberian Feminisms*, organizado por Silvia Bermúdez e Roberta Johnson, é resultado dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa em Iberian Studies, da Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos. Contando com colaborações de pesquisadores(as) de diversas nacionalidades (Reino Unido, Nova Zelândia, Portugal, Espanha e Estados Unidos), a coletânea de artigos, organizada de maneira cronológica, objetiva evidenciar as escritoras e ativistas feministas de todas as áreas da Península Ibérica (Províncias Bascas, áreas que falam o castelhano, Catalunha, Galiza e Portugal), desde o século XVIII, quando, segundo o capítulo introdutório, o feminismo moderno começou a se manifestar em favor da igualdade de tratamento para as mulheres, até o presente.

O livro é dividido em seis partes: Feminismo Ibérico na Idade das Luzes; O longo século XIX (1808-1920); Os movimentos feministas ibéricos ganham força com as Repúblicas (1910-1939); As ditaduras de António de Oliveira Salazar (1926-1974) e de Francisco Franco (1939-1975); Um novo começo: a transição democrática e a segunda onda do feminismo (1974/1975-1994/1996); A diversidade dos feminismos ibéricos (1996-presente). A escolha pela formatação cronológica evidencia alguns aspectos importantes, tais como as rupturas trazidas pelo “século das luzes” no que diz respeito à visibilidade das mulheres e suas reivindicações; o papel da imprensa, no século XIX, servindo como meio de entrada das mulheres no mundo público e como porta-voz das problemáticas e dos anseios femininos; as diversas e tensas relações entre os movimentos feministas e as experiências políticas que vigoraram no século XX, na Península. Além disso, vale ressaltar que, ao estabelecer todas as regiões da Península Ibérica como recorte geográfico dos estudos, o resultado da obra é mais complexo, evidenciando a pluralidade política, social e cultural daquele espaço, que refletirá evidentemente na própria pluralidade dos movimentos feministas que ali se desenvolveram ao longo do tempo.

Finalmente é preciso dizer que, em tempos em que as principais revistas indexadas utilizam o inglês como língua oficial, e com o empobrecimento científico óbvio que isso implica, o livro acaba por tornar visíveis os trabalhos que, a priori, não circulariam tão facilmente nos meios acadêmicos de tradição anglófona, em geral apenas capazes de ler na língua-mãe.

O presente texto focar-se-á na análise de quatro capítulos de *A New History of Iberian Feminisms*: “Feminismo” antes de 1800 (capítulo 5), de Vanda Anastácio;

Contexto histórico do feminismo e direitos das mulheres no século XIX, em Portugal (capítulo 8), de João Esteves; Contexto histórico e pensamento feminista em Portugal, 1910-1926 (capítulos 15 e 16), de Deborah Madden. Todos os artigos eleitos versam sobre o desenvolvimento do pensamento e das práticas feministas em Portugal, a partir de um recorte temporal que abrange o intervalo entre o século XVIII e o declínio da Primeira República, em meados de 1926.

Vanda Anastácio, autora de *A Marquesa de Alorna (1750-1839). Estudos* e organizadora do livro *Uma antologia improvável: a escrita das mulheres (séculos XVI-XVIII)*, inicia seu artigo, “Feminism before 1800”, evidenciando a dificuldade que o(a) historiador(a) encontrará ao buscar fontes que revelem algo sobre as mulheres, especialmente suas práticas, num período anterior à segunda metade do século XIX. Seu lamento vai ao encontro daquele exposto por Michelle Perrot em *Minha História das Mulheres*, quando esta diz:

Mas é sobre elas que o silêncio pesa mais. E isso por várias razões. Em primeiro lugar, porque as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em público é indecente. “Que a mulher conserve o silêncio”, diz o apóstolo Paulo<sup>1</sup>.

É quase certo que o silêncio também será a resposta à pergunta: As mulheres não buscaram combater ou confrontar os estereótipos femininos presentes na literatura da época, que, até o século XIX, retratavam-nas enquanto seres malignos e desprezíveis? De fato, até meados do século XVIII, as evidências a respeito da chamada “querela das mulheres” eram praticamente inexistentes em Portugal, diferentemente do que se passava em França, por exemplo, onde as manifestações femininas aos textos masculinos de cunho misógino estavam

---

<sup>1</sup> Michelle Perrot, *Minha História das Mulheres*, São Paulo, Contexto, 2012, p. 16-17. É importante observar que a maioria das mulheres circula no universo público do trabalho. A reclusão ao universo privado era partilhado por uma parcela ínfima da população feminina, normalmente pertencente às elites. Portanto, o fragmento de Perrot serve para abordarmos um tipo específico de invisibilidade em relação às mulheres: aquele referente ao universo letrado, intelectualizado. Tanto Vanda Anastácio quanto João Esteves e Deborah Madden, em seus respectivos artigos, buscaram problematizar as dinâmicas do aparecimento e da fixação de mulheres com ações de escrita, especialmente, no meio público intelectualizado – este que, até meados do século XIX, foi ambiente quase que exclusivo de homens das elites. Portanto, as mulheres citadas ao longo da recensão, desde Paula da Graça até Ana de Castro Osório, representam um grupo feminino específico: o das alfabetizadas e que, grosso modo, pertencia às camadas média e alta da sociedade portuguesa.

presentes. Mas, em 1715, uma senhora portuguesa chamada Paula da Graça conseguiu publicar um livreto em resposta ao texto de Baltasar Dias, *Malícia das Mulheres*, de 1659. Ainda hoje, as informações a respeito da autora são demasiado escassas, mas, apesar disso, *Bondade das mulheres vingada e malícia dos homens manifesta* transformou aquele silêncio em protesto, abrindo caminhos para que outras mulheres também se revoltassem por meio da escrita, tornando públicas as discussões em torno das regras e dos lugares que elas deveriam ocupar na sociedade portuguesa do período<sup>2</sup>.

É importante relacionar essas manifestações femininas, seja em Portugal ou em outros países da Europa, ao desenvolvimento das ideias iluministas, que problematizaram, entre outros aspectos, questões ligadas à liberdade e à igualdade. São notáveis, por exemplo, as discussões em França e Inglaterra a respeito dos papéis femininos; importantíssimos também os clubes formados por mulheres ao longo da Revolução Francesa. E, como as ideias têm o inevitável hábito de circulação, não tardou para que, em Portugal, as discussões sobre os lugares das mulheres na sociedade fossem intensificadas. Vanda Anastácio recorda os nomes e as propostas de alguns intelectuais portugueses que representaram projetos ligados à educação feminina: Luís António Verney, António Nunes Ribeiro Sanches e Teodoro de Almeida. Estes homens, compartilhando algumas noções do tempo em que viveram, não consideravam a igualdade de tratamento, no que diz respeito ao acesso à educação, entre meninos e meninas. Aliás, vários iluministas consideraram a importância da educação feminina como forma de otimizar e aperfeiçoar as qualidades que eram tidas como próprias de sua condição: a administração do lar, a parceria com o esposo e, evidentemente, a maternidade.

Mas por que os(as) historiadores(as) costumam evidenciar somente as vozes masculinas do século XVIII? Novamente o silêncio feminino impera... O que não quer dizer, entretanto, que as mulheres não nutrissem desejos políticos ou que não produzissem discursos. Muitas delas, com fins de auto-preservação, não assinavam suas produções e, quando o faziam, costumavam optar pelo uso de pseudônimos. Além disso, Anastácio relembra que, devido à censura estrita que se estabeleceu em Portugal como resistência à circulação de ideias iluministas, raras eram as mulheres que colaboraram em jornais e revistas da época, de

---

<sup>2</sup> Sobre essa autora e o seu folheto, ver a análise recente de Maria Antónia Lopes, “Da igualdade entre os sexos e da opressão das mulheres: alegações de uma portuguesa em 1715” in *Primeiros textos sobre igualdade e dignidade humanas*, vol. 14 de *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa*, dir. de José Eduardo Franco e Carlos Fiolhais, Lisboa, Círculo de Leitores, 2019, p. 60-66. No mesmo volume, encontra-se a publicação integral do livreto com notas explicativas da mesma autora (p. 341-358).

forma a respeitarem os lugares que aquela sociedade lhes reservara. Para terminar, a autora afirma que pouquíssimas escritoras conseguiram, na altura, publicar seus textos em formato impresso, ficando os manuscritos restritos a um número pequeno de leitores(as). Publicar é ser visto(a), é ter interferência na vida pública e, naquele momento, essas ações eram reservadas aos homens.

Mas a História, se bem analisada, sempre oferece exceções às regras. Na segunda metade do século XVIII, Teresa Margarida da Silva e Orta, usando o pseudônimo Dorotheia Engrassia Tavadra Dalmira, publicou *Máximas de virtude e formosura com que Diofanes, Clyminea e Hemirena Principes de Thebas vencerão os mais apertados lances da desgraça*, uma obra que, entre outros aspectos, explicita a importância da educação feminina como arma de combate à ociosidade e à ignorância compartilhadas pelas mulheres da aristocracia. No mesmo período, uma obra anônima foi premiada pela Academia Real das Ciências de Lisboa, *Osmía. Tragédia de assunto portuguez em três actos*. Inspirada na lenda de Osmía, uma lusitana que foi violentada por um soldado romano à época das invasões à Península Ibérica, a versão setecentista escrita por Teresa Josefa de Mello Breyner apresenta Osmía enquanto uma nobre que foi dada em casamento a Ríncaro, um homem a quem não amava e que não a merecia, mas que ela teria aceitado por “razões de Estado”. Lá pelas tantas, a protagonista foi feita prisioneira do romano Lélio, que, diferentemente da versão original, não a violentou; antes, admirado por sua beleza e qualidades, acabou se apaixonando por ela, que o correspondeu em sentimento. Para a surpresa de ambos, Ríncaro não estava morto e retorna, ordenando que Osmía matasse o próprio amante. Ela, no entanto, comete suicídio e o marido, atormentado pela dor, pelo ciúme e pela raiva, acaba por colocar fim à própria vida também. De acordo com Vanda Anastácio, o enredo nos evidencia dois aspectos importantes: o imenso esforço pessoal de Osmía no sentido de resistir às paixões e, ainda, o fato de a protagonista ter colocado os deveres para com o marido e seu povo acima de seus próprios desejos. No entanto, observa, ela não obedece estritamente às ordens do marido, preferindo preservar aquele homem que tanto admirava (Lélio) e, corajosamente, sacrifica-se.

Outro fenômeno importante da segunda metade do século das luzes e presente também em Portugal, os salões realizados pela aristocracia e imitados pela alta burguesia possibilitaram, nas palavras de Maria Antónia Lopes, uma “sociabilidade heterossexual”<sup>3</sup>, oferecendo possibilidades de aprendizagem,

---

<sup>3</sup> Maria Antónia Lopes, *Mulheres, espaço e sociabilidades: as transformações dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

trocas culturais e visibilidade às mulheres pertencentes àqueles círculos sociais. Mas se essas assembleias permitiram certa redefinição dos papéis femininos, é claro que acabaram se transformando em alvos de condenação das vozes conservadores do período, porque, como disse Foucault, “onde há poder, há resistência”. Juntamente com a censura, a literatura de cordel não poupou esforços em repudiar a vida social dos salões e também a mulher moderna associada a tal experiência, valorizando posturas tradicionais, ligadas ao recato e ao cuidado. Alguns destes textos evocavam a figura bíblica de Eva, primeira pecadora, condenada eternamente pelo desejo de saber; em contraponto, exaltavam a imagem de Maria, virgem, silenciosa, mãe do Salvador.

O capítulo é encerrado com mais um exemplo de exceção às regras postas: Vanda Anastácio nos apresenta Leonor de Almeida Portugal, a quarta Marquesa de Alorna (1750-1839), amiga de figuras importantes da época e grande mediadora de poetas de diferentes gerações. Na introdução de seu livro, *A Marquesa de Alorna*, a autora chamou a atenção para as biografias publicadas anteriormente que, descomprometidas com a verdade, buscaram construir uma memória idealizada da personagem, aproximando suas características àquelas valorizadas por seus respectivos tempos e sociedades.

“‘Feminismo’ antes de 1800” é uma importante síntese de alguns dos trabalhos de Vanda Anastácio. Com o auxílio de uma bibliografia especializada, ela nos apresenta aspectos relevantes da sociedade portuguesa do século XVIII no que diz respeito à forma como encarava os papéis de gênero. Mas é por meio de um vasto trabalho investigativo que ela conseguiu enxergar o que até então estava oculto: as produções femininas que ajudaram a tornar públicas as discussões em torno dos lugares, direitos e deveres das mulheres naquele espaço. Seria anacrônico classificar Paula da Graça ou a Marquesa de Alorna enquanto feministas e, por isso, as aspas em torno do “feminismo”, no título; no entanto, é fundamental compreendê-las enquanto construtoras de importantes brechas que marcaram um novo modo de pensar a organização social, abrindo caminhos para que, um dia, um movimento completamente concentrado nas reivindicações femininas fosse possível.

Em “Contexto histórico do feminismo e direitos das mulheres no século XIX, Portugal”, João Esteves busca evidenciar algumas das principais contribuições trazidas por escritoras portuguesas, especialmente periodistas, no que diz respeito à emancipação feminina. Logo nos primeiros parágrafos, ele nos apresenta o contexto político e social da primeira metade do século XIX, problematizando que a Revolução Liberal de 1820, inovadora em alguns aspectos, não ofereceu às mulheres outros lugares, que não aquele relacionado à esfera privada, de submissão à figura masculina (o pai e o esposo). Portanto,

para o autor, que separa bem o que seriam as ideias e as práticas, o pensamento liberal pouco modificou, eficazmente, a situação das mulheres daquelas sociedades, imperando uma perspectiva de permanência, em lugar das rupturas. Entretanto, considera que os avanços em torno dos direitos femininos notados no oitocentos ocorreram, em alguma medida, por intermédio da imprensa, considerada a porta de entrada das mulheres para a esfera pública, ambiente valorizado e, por isso, visível. O capítulo segue com breves apresentações de periodistas que, por meio de seus métodos e abordagens, possibilitaram avanços nas discussões em torno dos papéis que as mulheres poderiam assumir na sociedade portuguesa do período.

Esteves identifica Antónia Gertrudes Pusich (1805-1883) como a primeira mulher em Portugal a fundar e dirigir um jornal, *A Assembleia Literária*, que circulou entre 1849 e 1850. No entanto, como sugere o *Dicionário de Escritoras Portuguesas*<sup>4</sup>, a jornalista foi uma das primeiras mulheres, no país, a assumir a identidade feminina no cabeçalho do periódico, sem se esconder, como muitas fizeram, por meio do anonimato ou dos pseudônimos masculinos<sup>5</sup>. Neste e em outros títulos como, por exemplo, *Beneficência* e *Cruzada*, Pusich e seus(suas) colaboradores(as) abordaram questões pertinentes ao universo feminino em reconstrução, como a educação direcionada às meninas e o desejo de independência econômica para as mulheres. Ao assumir a sua identidade, Antónia Pusich alterou a própria definição daquilo que se compreendia como periódico, segundo nos indica Ivone Leal<sup>6</sup>. Se até então o gênero era classificado como jornal escrito por homens e destinado aos interesses femininos, após a audácia da fundadora de *A Assembleia Literária*, teve de ser ressignificado. Outras ressignificações ocorreram, evidentemente, a partir da apropriação da imprensa pelas mulheres: novos assuntos, novos formatos, novos métodos. Sinteticamente, as subjetividades femininas foram refletidas na imprensa, atingindo lares de classes altas e médias da sociedade portuguesa.

---

<sup>4</sup> Constância Lima Duarte; Conceição Flores; Zenóbia Collares Moreira, *Dicionário de Escritoras Portuguesas: das origens à actualidade*, Lisboa, Editora Mulheres, 2009, p. 41.

<sup>5</sup> Sobre essa e outras mulheres que escreveram e publicaram em Portugal na primeira metade do século XIX, ver a tese de doutoramento de Ellen Biguelini, *Tenho escrevinhado muito: mulheres que escreveram em Portugal (1800-1850)*, Coimbra, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316/79402>>. Acessado em fevereiro de 2020.

<sup>6</sup> Ivone Leal, *Um século de periódicos femininos*, Lisboa, Comissão para a igualdade e para os direitos das mulheres, 1992, p. 56. Na altura do trabalho com as fontes, a autora destacou: “Desde logo apareceu sedutora a ideia de trabalhar esse tipo de fonte, até agora praticamente ignorada pelos nossos investigadores mais voltados para o estudo dos acontecimentos do que para as estruturas mentais que os preparam, os provocam, os sofrem ou lhes resistem” (p. 10).

O autor também nos apresenta Francisca Wood (1802-1900), fundadora de *A voz feminina* (1868-9) e *O Progresso* (1869) – este último foi considerado por Ivone Leal o primeiro periódico feminista de Portugal –; Guiomar Torresão (1844-1898), que, apesar de não se identificar como feminista, conseguiu reunir e evidenciar o trabalho escrito de diversas mulheres de diferentes nacionalidades em *Almanach das Senhoras*; Angelina do Carmo Vidal (1847-1917), colaboradora em *A voz do operário* (1879 – atualidade), que advogou em favor do socialismo, do republicanismo e dos movimentos operários, atribuindo a limitação dos direitos civis das mulheres ao clericalismo, à monarquia e à burguesia; Maria Evelina Pestana Coelho (1860-1929), que assinou como Cael diversas colaborações em *A Vanguarda* e *Sociedade Futura*, militando em favor da educação direcionada às mulheres; e, finalmente, Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925), primeira mulher a lecionar no Ensino Superior em Portugal (Universidade de Coimbra), que defendeu, por meio da imprensa impressa, os apontamentos de sua amiga Luise Ey, feminista alemã que relacionou o atraso português à forma como as mulheres eram tratadas naquela sociedade.

No capítulo, João Esteves compila e sintetiza os trabalhos desenvolvidos por outras investigadoras como, por exemplo, a já mencionada Vanda Anastácio, além de Ivone Leal, Teresa Salvador<sup>7</sup> e Ellen Biguelini. Por meio de uma espécie de estudo prosopográfico, buscou evidenciar a importância da imprensa fundada e desenvolvida por mulheres na reconstrução de papéis de gênero e na consolidação do movimento feminista em Portugal. Além disso, seu texto relaciona as possibilidades de emancipação feminina às condições políticas do período abordado, sugerindo que o feminismo só poderia efetivamente ter lugar em uma organização republicana, disposta a repensar suas estruturas e a abandonar conservadorismos.

Os capítulos 15 e 16, de Deborah Madden, serão analisados conjuntamente, uma vez que se complementam: o primeiro (“Contexto histórico em Portugal”) ao apresentar as principais características políticas, sociais e culturais da Primeira República (1910-1926) e o segundo (“Pensamento Feminista em Portugal”) ao destacar as principais articuladoras daquilo que, recorrente e superficialmente, caracterizamos enquanto “feminismo de primeira onda”.

Tal como João Esteves, Madden acredita que a ascensão e o desenvolvimento do modelo republicano em Portugal possibilitaram, ao menos, a intensificação dos debates feministas: o divórcio legal, o direito

---

<sup>7</sup> Teresa Salvador, “Em torno dos periódicos femininos”, *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, v. 26 (2009), p. 95-117.

à educação e o sufrágio feminino foram temas bastante recorrentes durante a experiência política, aparecendo em veículos políticos, como a própria constituição, ou em meios culturalmente eficazes, como os periódicos. Apesar dos discursos, as práticas ditas feministas estavam longe de serem alcançadas, como sugeriu a autora. Por exemplo, durante o período, a coeducação – isto é, as “escolas mistas” para meninos e meninas – passou a ser permitida; no entanto, docentes mulheres foram proibidas de lecionar para estudantes do sexo masculino até meados de 1926. Além disso, devido ao elevado índice de mulheres analfabetas – estima-se que, em 1911, 80% delas não sabia ler e escrever – e da grande influência da Igreja Católica em suas vidas (especialmente devido à confissão individual), muitos republicanos se posicionaram contra o sufrágio feminino, temendo que o núcleo feminino, conservador, ameaçasse a concretização do projeto republicano, ainda muito embrionário naquele contexto.

Fato é que muitos grupos femininos foram criados ou consolidados ao longo da Primeira República: a Secção Feminista da Liga Portuguesa pela Paz (1906), o Grupo Português de Estudos Feministas (1907), a Associação de Propaganda Feminista (1911), a União das Mulheres Socialistas (1912), a Comissão Feminina pela Pátria (1914), etc. Não necessariamente feministas, essas agremiações femininas e lideradas por mulheres das elites evidenciam um novo projeto de sociedade, em que parte do “belo sexo” assumia novas funções e ocupava outros espaços além, é claro, do tradicional ambiente doméstico.

Madden destaca a importância da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, organismo fundado em 1909 por Ana de Castro Osório e Adelaide Cabete, dois grandes expoentes do feminismo português no início do século XX, ao propor debates políticos em torno do divórcio legal, da educação, da igualdade no seio familiar, da independência financeira, do sufrágio para as mulheres; reivindicavam, inclusive, alterações no Código Civil vigente (de 1867). Outra organização enfatizada pela autora, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, também fundado por Cabete em 1914, denominava-se apolítica e independente, e foi responsável pela organização de dois congressos feministas que ocorreram nos anos 1920. Para terminar, destaca a Cruzada das Mulheres Portuguesas, de 1916, criada por Ana de Castro Osório e Alzira Dantas Machado (esposa do então Presidente da República, Bernardino Machado), em decorrência da participação de Portugal na Primeira Guerra.

Deborah Madden elenca, portanto, diversas organizações formadas por mulheres e que pretendiam pensar e agir em função de uma agenda “feminista”. As aspas têm uma função importante, uma vez que nem todos os grupos apresentados se entendiam como feministas, sobretudo em um período em que

o movimento carregava múltiplas conotações, incluindo as de cunho pejorativo. O trabalho da autora, espécie de inventário, potencializa as possibilidades de análise das organizações mencionadas, de forma a permitir maiores discussões em torno da história das mulheres e do feminismo em Portugal, durante o desenvolvimento da Primeira República.

Em “Pensamento Feminista em Portugal”, a autora usa o mesmo perfil metodológico apresentado no capítulo anterior, elencando as principais expoentes do pensamento feminista no país, no recorte entre 1910 e 1926, e algumas de suas mais importantes contribuições no que diz respeito à igualdade de gênero. Algumas das mulheres mencionadas são: Maria Amália Vaz de Carvalho, autora de *Às nossas filhas: cartas às mães* (1904) e *Coisas d’Agora* (1913); Ana de Castro Osório, autora de imensos textos, incluindo *Às mulheres portuguesas* (1905) – Ana Osório considerava que a educação era a chave para a revolução feminista e afirmava que a falta de cultura entre as mulheres não era responsável apenas pela inibição do progresso feminino, mas também do desenvolvimento de Portugal enquanto nação –; Emília de Sousa Costa, fundadora da Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino e autora de *Aos professores e às professoras* (1914); Virgínia de Castro e Almeida, autora do volume *A mulher moderna*, da coleção *História da Mulher* (1913).

Embora apoiassem o desenvolvimento cultural da mulher, tendo por base os princípios universais da era contemporânea, as mulheres associadas ao feminismo em Portugal, na primeira metade do século xx, nem sempre compartilhavam a mesma definição do que significava “ser feminista”, mesmo porque essa definição nunca foi e mesmo hoje não é precisa; existem feminismos, porque existem mulheres – e o plural importa. É preciso historicizar os pensamentos, os discursos e as produções, de forma a compreender as possibilidades oferecidas por cada época. E, naquele contexto, em que as mulheres começavam a aparecer com maior frequência nos espaços públicos intelectualizados, é natural que as pautas do movimento pela igualdade de gênero fossem mais tímidas se comparadas aos movimentos mais recentes. Muitas mulheres, como a mencionada Ana de Castro Osório, defendiam um feminismo com fins tradicionais, ou seja, um movimento que possibilitasse à mulher um enriquecimento cultural, a fim de que sua liberdade e igualdade fossem asseguradas, mas que não questionasse os papéis femininos no interior da família. Em outras palavras, o enriquecimento cultural da mulher, possibilitado pelas lutas feministas, deveria aperfeiçoar as qualidades das esposas e das mães, de forma a consolidar a ótima gestão do “mini-Estado” que, desde meados do século xix, representa a família nuclear burguesa.

O feminismo intelectual e de participação dos anos trinta completou com a sua quota parte o feminismo político de intervenção. Ambos resultavam de um certo feminismo individual de afirmação que estudos recentes fazem remontar a inícios de oitocentos, revelando aspectos diferentes de um movimento único – o movimento em prol da dignificação da mulher como ser humano, com os direitos que lhe são inerentes e a consequente libertação de anomalias que ao longo dos tempos a tinham acompanhado na vida pessoal, social, política etc. Esta mutação de índole revolucionária, pois consubstanciava uma ruptura com o existente, pressupondo uma mudança de mentalidades, processou-se no tempo longo braudeliano, vencendo dificuldades e contando como vitórias as etapas vencidas e ultrapassadas. Foi um processo lento, mas que acompanhou – diríamos naturalmente – o processo histórico do despertar da contemporaneidade ao seguir a passo e passo concretização da matriz iluminista quanto ao caráter teleológico do devir dos seres humanos, à sua maioridade vocacional e aos ideais de liberdade e felicidade enquanto quota parte essencial da vida vivida<sup>8</sup>.

A conclusão proposta por Zília de Osório Castro, acerca das possíveis conexões entre os intelectuais e o movimento feminista português em meados da década de 1930, integra e sintetiza os quatro capítulos apresentados.

JAQUELINE MORAES DE ALMEIDA  
Universidade de Coimbra, CEIS20-UC, FLUC  
jaquelinemoraesalmeida@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-6284-0801>

---

<sup>8</sup> Zília Osório de Castro, “Os intelectuais e feminismo”, *Revista da História das Ideias*, vol. 24 (2003), p. 6-7.